

**Friedrich Ebert Stiftung e o Instituto Eleitoral da Africa Austral.**  
Luanda, Angola, 30 –31 de Outubro de 2002.

***“Zimbabwe:  
Os Imperativos de um Contexto Político e Social Conducente às Eleições.”***

Por: Martin R. Rupiya PhD  
Palestrante Sénior

Membro Sénior,  
Centro de Relações Internacionais para África,  
Universidade da Witwatersrand,  
Senate House, Braamfontein Campus,  
Johannesburg,  
África do Sul.

Tel: 27(11) 717 4492  
Email: [RupiyaM@SOCIAL.Wits.ac.za](mailto:RupiyaM@SOCIAL.Wits.ac.za)

Outubro de 2002

### *Sumário*

*As eleições no Zimbabwe, desde o Referendo de Fevereiro de 2000, tornaram-se crescentemente controversas e constituem presentemente uma das principais fontes da actual crise política que o país enfrenta. Cada dos processos eleitorais desde aquela altura, foi caracterizado por fortes evidências de violência politicamente motivada anulando e invalidando os resultados subsequentes. Os vencedores não gozaram da legitimidade automática nem da autoridade moral que se espera depois disso. A maior parte dos resultados foi contestado nos tribunais. Mas como é que se explica isto? Se por um lado as disputas políticas constituem o âmago do problema, o seu impacto tem sido exacerbado pelo deliberado minar de importantes pilares dos contextos político e social conducentes à realização das eleições. Isto inclui a falta de uma constituição de consenso; uma lista de eleitores viciada, como é do reconhecimento público; o sancionar por parte do partido no poder de práticas questionáveis de registo eleitoral; a disputa das responsabilidades da educação cívica e eleitoral entre o estado e os outros actores; a aparente sufocação do ambiente para os possíveis candidatos registar-se como candidatos indicados conforme demonstrado nas mais recentes eleições locais; a ausência de uma comissão eleitoral independente; confiança comprometida relativamente a independência do sistema do poder judicial; o papel aparentemente parcial do sector de segurança no processo eleitoral; e finalmente a falta de acesso justo aos média públicos assim como o funcionamento dos média sob uma legislação restritiva e condenada pela Associação dos Média da SADC. Enquanto os aspectos acima aludidos não forem corrigidos, Zimbabwe continuará a estar atolado neste processo no qual as suas normas democráticas estão a ser sacrificadas.*

## *Introdução*

Porque que é que os estados, as organizações empresariais, religiosas e outras organizações realizam as eleições? Os conflitos nas actividades políticas, económicas ou sociais são *inevitáveis* e podem as vezes ser sãos, desde que *sejam mantidos abaixo do nível da guerra declarada*. A incumbência política é diferente a dos outros domínios. Aqui, o partido no poder tem à sua disposição instrumentos coercivos para manter o monopólio da força do Estado. É , por isso, muito mais importante que os envolvidos na vida política sejam mais discretos com o emprego partidário das instituições do sector de segurança, cujo papel e influência não podem ser igualados por outros grupos dentro de um dado país. Consequentemente na arena política, uma vez que os outros grupos sempre vêem o seu o futuro, independentemente do nível de desespero, ligado ao processo credível de votação, então ficam eliminadas as oportunidades de recurso à armas e violência.

As comunidades juntaram-se sob várias bandeiras como acima sublinhado para exercer o seu direito de voto e eleger os representantes que na sua opinião melhor servirão os seus interesses, e, claro, os interesses relacionados com a sustentação e a perpetuidade das respectivas organizações. Isto consiste portanto numa expectativa de duas vertentes. Ademais, os eleitos, conforme deveria ser claramente espelhado na Constituição exercem o seu mandato por um determinado período de tempo.

No fim deste mandato, os detentores do poder devem organizar a sua própria permanência ou o seu afastamento por intermédio das urnas de voto. Como resultado, é crucial que a sua conduta na gestão das questões nesta fase seja vista como escrupulosa, e não como criando condições conducentes à frustração das aspirações do eleitorado. Directrizes claras, procedimentos de freios e contrapesos assim como a confiança depositada em membros independentes da comunidade de boa postura e instituições, funcionam como um quadro que proporciona um ambiente conducente à realização das eleições. Na ausência do acima exposto, os resultados das eleições serão questionados, contestados e os vencedores confrontados com tarefas difíceis no estabelecimento da sua credibilidade bem como do crédito perante os eleitores. Posto duma forma diferente, as eleições em qualquer fórum proporcionam aos candidatos a oportunidade de democraticamente apresentar-se ao eleitorado para a sua consideração, e conferem a legitimidade e a autoridade aos eleitos, para gerir as questões em nome da comunidade durante um dado período.

Contudo, temos também de definir o que entendemos por uma eleição. No nosso ponto de vista, uma eleição é um processo, e não um simples acontecimento conforme testemunhado no dia da votação. Um processo eleitoral credível tem a fase preparatória, a fase da votação e a fase pós-eleitoral. Em cada uma delas, existem diferentes critérios e requisitos que, se comprometidos, minam qualitativamente uma fase particular, uma antes ou mesmo uma depois. Por exemplo, durante a fase preparatória, os aspectos da educação cívica dos eleitores, o registo dos eleitores, a candidatura e a lista dos eleitores devem ser levados a cabo de forma transparente e sem constrangimentos. Exigindo quantias astronómicas como depósitos necessários, definir a raça, classe ou género como pré-requisitos ou exigir aos candidatos que procurem um número não razoável de aderentes durante o período inicial da petição para que a sua candidatura seja aceite pode ser citado como a criação de condições desfavoráveis para a participação numa eleição. Os

problemas podem também ocorrer durante a votação tal como a não entrega das urnas de voto. Finalmente, o resultado de uma eleição fraudulenta conhece normalmente a contestação nos tribunais ou exigências de uma repetição das eleições para solucionar a contenda.

Este é o objectivo de uma eleição: proporcionar um veículo para a gestão da mudança sem violência, conduzido de forma e num ambiente conducentes à confiança do eleitor registado no domínio da política, dos negócios, e das actividades sociais ou religiosas.

Esta discussão aproveita os princípios acima referenciados e aplica-os ao processo eleitoral no Zimbabwe desde o pretérito ano de 1999 até o presente. Como resultado da debilidade constatada em vários aspectos dos pilares da democracia, este documento argumenta que o estudo do caso Zimbabwe oferece lições dos perigos latentes que precisam de ser evitados com o objectivo de se engajar num processo eleitoral credível e útil. No presente estudo do caso fica evidente que muitos sinais claros demonstrando a inadequação do processo foram ora ignorados ora não rectificadas. O resultado foi o de mergulhar a Nação numa crise política. A discussão reflecte também que realizar uma eleição é oneroso tanto em termos materiais, como no tempo investido e a imagem que o país ou organização adquire depois. Estas são lições importantes para os intervenientes envolvidos na preparação de eleições através das quais se espera obter legitimidade, construir a estabilidade política e o consenso bem como criar bases de normas democráticas para o futuro.

Este documento procurará isolar os pilares que seriam decisivos para o estabelecimento de um contexto eleitoral sócio-político favorável no Zimbabwe entre 1999 e o presente. Isto inclui o Referendo de 12-13 de Fevereiro de 2000; a eleição parlamentar de Junho do mesmo ano, a eleição Presidencial de Março de 2002 e as recentes eleições dos Governos Autárquicos de Setembro de 2002. Isto é um estudo limitado que preocupar-se-á simplesmente em isolar o que julgamos ser lições importantes para cada eleição e não pretende ser um inquérito exaustivo dos processos. Os sugeridos *Pilares de um Contexto Eleitoral Político e Social Adequado* para fins deste documento incluirão:

- a) A Constituição
- b) O papel definido para a Comissão Eleitoral
- c) Registo e Lista Eleitoral; Agentes da Campanha e Eleitores
- d) Os Média Públicos e Privados
- e) Violência Politicamente Motivada
- f) O Poder Judicial
- g) O Papel do Sector de Segurança.

### **O Referendo – Fevereiro de 2000**

A Constituição do Lancaster House concedido ao Zimbabwe independente após uma prolongada guerra e negociações foi considerada deficiente, havendo uma expectativa de que ela iria ser fundamentalmente revista para reflectir os genuínos anseios da maioria no mais curto espaço de tempo possível. Em Abril de 1990, as suas disposições restritivas caducaram, e houve um elevado anseio de rescrever este documento tão importante na base do qual a sociedade Zimbabweana seria governada. Entretanto, tinham sido feitas uma série de emendas à Constituição pelo partido maioritário no poder, ZANU (PF), as quais tenderam a ser consideradas

como beneficiando os interesses dos seus membros. Por exemplo, a emenda presidencial introduzida em 1987 é citada como a que melhor ilustra isso. Esta aboliu o cargo do Primeiro Ministro e substituiu-o por uma Presidência de amplos poderes que incluíam a possibilidade de suspensão do parlamento. A emenda também estipulou especificamente um futuro máximo de dois mandatos presidenciais "exceptuando o actual presidente".

Claramente que, no pensamento de muitas pessoas, as imperfeições da Constituição da Lancaster House tinham sido agora exacerbadas por emendas partidárias introduzidas pelo regime no poder. Neste ambiente, uma campanha para a reelaboração da Constituição tornou a questão quente no seio de muitos grupos de interesse em todo o país. A igreja, os partidos políticos e organizações da sociedade civil bem como a Assembleia Nacional Constitucional sobressaíram como importantes defensores de uma nova Constituição.

No final do ano de 1999, o governo lançou um processo consultivo sobre o ante-projecto da constituição com a promessa de realizar um referendo no fim do processo. Contudo, em retrospectiva fica claro que o estado concentrou-se numa constituição que atenderia o programa da reforma agrária enquanto que a Assembleia Nacional Constitucional e outros levantavam questões de, entre outras coisas, retirar ou limitar seriamente os poderes presidenciais.

No que diz respeito ao Referendo realizado de 12-13 Fevereiro de 2000, podem ser citadas as seguintes debilidades na fase preparatória. A primeira área confirmada pelos partidos na altura, foi a inadequação da lista dos eleitores. Esta tinha de ser computadorizada e actualizada, uma vez que isto não tinha acontecido desde a crucial votação de 1980. Em segundo lugar, uma vez que o governo tinha claramente assumido uma posição relativamente aos elementos chave a ser plasmados na nova Constituição, um período consultivo de três meses, com a maioria dos Comissários escolhidos de entre os parlamentares eleitos e outros funcionários do partido no poder não reflectia uma abordagem de criação de consenso. Em terceiro lugar, o governo tinha despertado o seu interesse em controlar a imprensa escrita bem como o quase monopólio da televisão. Estas avenidas dos média foram empregues para bombardear o eleitorado com mensagens de 'vote sim' para a Constituição proposta. Quarto, um importante mecanismo tinha-se tornado supérfluo imediatamente antes do início do processo eleitoral, e isto foi a Comissão Eleitoral Independente constitucionalmente prevista e inicialmente dirigida pelo Dr. Rev. Griffiths Malaba e o seu Vice Mrs. Raftopolous. Dr. Malaba demitiu-se citando a falta de interesse do governo no reforço da Comissão e a recusa de alocar o fundo operacional necessário. Alguns meses depois, a Sra. Raftopolous, que tinha sucedido o Dr. Malaba também se demitiu alegando similar desinteresse no órgão por parte do regime. Como consequência disso, as eleições iam ter lugar no país sem uma Comissão Eleitoral Independente.

Entretanto, a sorte política do partido no poder tinha começado a diminuir como resultado do impacto das forças da globalização, da liberalização e das políticas de ajustamento económico adoptadas em 1991. Durante a votação, seguiu-se um voto de protesto visto que o eleitorado aproveitou a oportunidade para emitir um parecer e não necessariamente votar a favor ou contra a Constituição proposta que estava em questão.

O Governo interpretou a rejeição pelo eleitorado da Constituição proposta como parte da conspiração entre os fazendeiros comerciais brancos, a oposição do Movimento para Mudança Democrática e da Assembleia Nacional Constitucional. Por outras palavras, nenhuma outra

entidade local além do partido no poder disputou o resultado do referendo. Em consequência disso, o ambiente pós-referendo testemunhou o que é agora reconhecido como a invasão das terras apoiada pelo Estado.

As lições que podem ser tiradas do acima exposto incluem as seguintes: a fraca educação eleitoral e cívica sobre a questão candente manifestou-se na forma como os eleitores participaram. A questão da lista dos eleitores que tinha sido anteriormente desafiada e confirmada como viciada no tribunal depois das eleições de 1995 por Margaret Dongo continua por ser resolvida. Isto aconteceu na altura em que o país rumava para a organização das eleições parlamentares em Junho de 2000. Prosseguiu a polarização dos média. Finalmente, o resultado embora publicamente aceite pelo governo, na prática, isso mergulhou o executivo em graves contendas.

### **As Eleições Parlamentares - Junho de 2000**

As eleições parlamentares realizadas em Junho de 2000 no Zimbabwe apresentaram um formidável desafio ao partido no poder. De repente, o partido no poder apresentou como ponto mais importante do seu programa político a questão da reforma agrária e a redistribuição da terra. Isto apanhou a oposição completamente inadvertida uma vez ter estado concentrada na insatisfação dos trabalhadores, preocupações dos empregadores devido à liberalização e o impacto da globalização, que não tinha as simpatias do campesinato. Além disso, o facto de terem organizado curiosos grupos de apoio que congregaram os trabalhadores e empregadores – incluindo os fazendeiros comerciais brancos – reflectiu o sentido de apropriação estrangeira nos assuntos do novo partido. Entretanto, o partido no poder simplesmente contrapôs sublinhando o seu papel na guerra de libertação e a necessidade de confrontar directamente os fazendeiros comerciais intransigentes sobre a questão da distribuição equitativa da terra.

O período pré-eleitoral foi caracterizado por:

- a) Disputas sobre o registo dos eleitores, limites dos círculos eleitorais e a fidelidade da lista dos eleitores. As Nações Unidas elaboraram um relatório condenando o estado da lista dos eleitores imediatamente antes das eleições.
- b) A polarização dos média, incluindo a eliminação física da gráfica dos média privados através de uma explosão de uma bomba, incidente que ainda fica por esclarecer.
- c) O envolvimento do Sector de segurança como actor partidário em apoio ao partido no poder.
- d) O uso de violência politicamente motivada com o objectivo de intimidar e constranger os candidatos e os eleitores.
- e) A ameaça ao Poder Judicial por parte do incumbente, conseguindo abalar o terceiro pilar da democracia.
- f) Finalmente a questão global da Constituição ainda prevalece na arena política.

O partido no poder sobreviveu mas com uma pequena maioria parlamentar de 5 votos. A nova oposição política arrebentou a escala com 57 assentos, deixando somente um assento ser ocupado por um partido mais pequeno. A fase final da eleição testemunhou numerosos casos a ser submetidos aos tribunais para arbitragem e intervenção. A legitimidade do processo eleitoral foi confrontada pela condenação interna, regional e internacional. Claramente, os resultados da eleição tornaram-se numa fonte de discórdia.

Uma nova característica, que não era aparente na cena política do Zimbabwe, emergiu desta vez no arranjo constitucional em que o vencedor fica com tudo. Isto foi a aplicação das disposições da Constituição para tornar efectiva a posição do partido no poder de que o vencedor fica com tudo. Em primeiro lugar, o executivo apoiou-se na disposição de poder indicar 30 assentos. Em seguida, o governo subsequentemente estabelecido foi baseado, *exclusivamente*, nos membros do partido no poder. Finalmente, aumentou em ritmo o uso dos elementos do sector de segurança para continuar a perseguição e a prisão dos políticos da oposição. Com uma oposição que arrecadou quase 50% do eleitorado, ficou provada a negatividade da tática usada durante a terceira fase do processo eleitoral. O intensivo ataque dos média polarizados continuou a dilacerar a sociedade. Além disso, a oposição recorreu aos tribunais em busca de apoio e a anulação dos resultados altamente contestados. A conduta confrontante adoptada pelas personalidades importantes dos maiores partidos políticos criou um sentimento de ambiente político e social tenso não conducente ao tipo de ambiente no qual podiam ter lugar eleições “livres e justas”.

### **As Eleições Presidenciais – Março de 2002.**

Praticamente, as eleições presidenciais de Março de 2002 foram o arrastamento das lutas que se tinham manifestado durante as eleições parlamentares de Junho de 2000. A questão do Constitucionalismo; violência politicamente motivada; a surpreendente declaração das Forças Armadas no dia 9 de Janeiro de 2002 anulando efectivamente a candidatura às presidenciais de qualquer candidato que não tenha participado na luta de libertação; a ameaça ao poder judicial; a polarização dos média e a única questão política da reforma agrária dominaram o tenso ambiente que não era certamente conducente à realização de uma eleição.

Em muitos aspectos, no que diz respeito ao partido no poder, já não havia contemplanções para ninguém. Para a oposição apoiada pela chamada “comunidade internacional” o objectivo parecia ser o de derrubar Mugabe a todo custo. No caso do partido no poder, contudo, era o desafio de manter Mugabe a todo custo. Por causa do uso da mão pesada do Sector de Segurança e da “vedação” das áreas rurais à penetração da oposição, tanto a fase preparatória como a da votação e a fase pós-eleitoral foram caracterizadas por notáveis irregularidades.

Em resumo: foi instalada uma Comissão de Supervisão Eleitoral nomeada pelo governo e gerida pelos militares. Isto não ajudou a criar confiança no seio de todos os partidos que pretendiam concorrer. A questão constitucional estava/continua pendente; o registo de eleitores nas áreas em que o partido no poder dominava prosseguiu até muito depois do anúncio público das datas de encerramento; o papel do sector de segurança na política, deliberadamente provocado pelo regime incumbente expandiu consideravelmente durante este período; o parlamento dominado pelo partido no poder como resultado dos 30 assentos indicados continuou a aprovar legislação draconiana e restritiva contra reuniões públicas de pessoas, os média privados, as suas reportagens e o seu financiamento. Entretanto, os média públicos moldados sobre linhas partidárias – negavam abertamente o acesso ou o equilíbrio à oposição e às questões candentes.

Uma vez mais, conforme testemunhado nas eleições parlamentares de Junho de 2000, prevaleceu um veredicto similar de um ambiente político e social não favorável à realização de eleições livres e justas.

### **As Eleições Autárquicas – Setembro de 2002.**

O último exemplo são as eleições Rurais e autárquicas realizadas no Zimbabwe no fim de Setembro, nas quais todos os pilares que asseguram eleições livres e justas estiveram ausentes ou seriamente viciadas.

### ***Conclusões***

A actual crise política, social, militar e económica no Zimbabwe está directamente ligada a deterioração do processo eleitoral desde o Referendo de Fevereiro de 2000. Por causa das dimensões regional e internacional do conflito, a fonte e a causa do problema repousam tanto na psique nacional como nas forças da comunidade internacional. Deve ser reconhecido que depois da segunda fase i.e a votação de facto, o triunfante partido no poder não tentou estabelecer consenso político e quadros de actuação sociais. Ao invés, a tendência tem sido a de procurar pulverizar e dismantelar as estruturas da oposição conseguindo assim gerar mais tensões entre as comunidades. As importantes lições que podemos colher do Zimbabwe desde 1999 são, de que o país não conseguiu enveredar-se por políticas de tolerância, a construção de coligações ou consensos. As últimas eleições rurais e autárquicas destacaram também o perigo enfrentado pelos candidatos que submetem a sua candidatura ao abrigo de bandeiras diferentes ao da do partido no poder.

Num tal ambiente, é difícil esperar a livre expressão do cidadão normal vir a estar no centro dos processos políticos e sociais. As atitudes e comportamentos têm de mudar no Zimbabwe para que o país retome a marcha em prol da democracia, da segurança da população humana e da harmonia entre as comunidades de diferentes convicções.